

# AVALIAÇÃO DA ORIGEM DAS PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM UM MUNICÍPIO DO OESTE DO PARANÁ

## EVALUATION OF THE ORIGIN OF REQUIREMENTS FOR PSYCHOTROPIC MEDICINAL PRODUCTS IN A WEST CITY OF PARANÁ

Ana Paula Rocha da Silva<sup>1</sup>, Vagner Fagnani Linartevichi<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduanda no Curso de Enfermagem, CTESOP. <sup>2</sup> Doutor, Professor do Curso de Enfermagem, CTESOP.

\* Autor correspondente: linartevichi@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-2624-7744>

### RESUMO

O uso racional de medicamentos requer que os usuários utilizem o medicamento apropriado para sua condição clínica, em doses que atendam às suas necessidades de saúde individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade, para tanto há a necessidade que a prescrição do medicamento seja realizada por um profissional especializado. O presente estudo teve o objetivo de avaliar a origem das receitas de psicotrópicos aviadas em um município do Oeste do Paraná no ano de 2016, segundo a portaria 344/98 do Ministério da Saúde, assim como a especialidade médica de seu prescritor. Este trabalho foi um estudo transversal descritivo, retrospectivo, não controlado. Os dados foram coletados a partir de uma amostra de todos os receituários médicos (inclusos na portaria 344/98) de posse da Vigilância Sanitária do Município. Foi encontrado que, 78,7% das receitas foram oriundas de uma consulta com Clínico Geral, 7,9% por Psiquiatra, 4,3% por Neurologista e o restante (9,1%) por outras cinco especialidades médicas.

**Palavras-chave:** Psicotrópicos; Saúde Pública; Prescrições

### ABSTRACT

*Rational use of medications requires users to use the appropriate medication for their clinical condition in doses that meet their individual health needs for an appropriate period and at the lowest cost to themselves and the community, so there is a need to the prescription of the medicine is carried out by a specialized professional. The present study had the objective of evaluating the origin of the proceeds of psychotropic avian influenza in a municipality of the West of Paraná in the year 2016, according to ordinance 344/98 of the Ministry of Health, as well as the medical specialty of its prescriber. This study was a descriptive, retrospective, uncontrolled cross-sectional study. Data were collected from a sample of all medical prescriptions (included in ordinance 344/98) held by the local sanitary surveillance. It was found that 78.7% of the income came from a General Clinic, 7.9% from Psychiatrist, 4.3% from Neurologist and 9.1% from other five medical specialties.*

**Key-words:** Psychotropics; Public health; Prescriptions

## 1. INTRODUÇÃO

A utilização de fármacos psicoativos faz parte da natureza humana, visando modificar comportamento, humor e emoções. Podem ser usados por fins

Recebido: 21/04/2019  
Revisado: 15/06/2019  
Aceito: 21/06/2019

recreacionais ou para curar enfermidades (LUCAS, 2006). Segundo Pelegrini (2003) o uso abusivo de medicamentos psicoativos acaba se relacionando com o grave problema da automedicação que já se tornou um fato concebido, acrescentando-se com a prescrição excessiva de ansiolíticos e antidepressivos, por parte de alguns médicos.

O uso racional de medicamentos requer que os usuários utilizem o medicamento apropriado para sua condição clínica, em doses que atendam às suas necessidades de saúde individuais, por um período adequado e ao menor custo para si e para a comunidade (LIMA et al., 2017). A utilização não racional de medicamentos pode acarretar em impacto negativo para a saúde da população, incluindo eventos adversos evitáveis. Estima-se que os eventos adversos a medicamentos representem 3,5% das internações hospitalares. Segundo um estudo, a ocorrência de evento adverso a medicamento resultou em gastos com serviços de saúde estimados em US\$ 21 milhões por 100.000 habitantes adultos (MELO et al., 2016).

De uma maneira geral, segundo Andrade et al. (2004) "em muitas ocasiões o momento mais importante da consulta passou a ser a prescrição". Além disso, um em cada dez adultos recebe prescrição de benzodiazepínico, quase sempre feita por clínico geral (CREMESP, 2002). Considerando a escassa fonte de dados sobre o perfil do prescritor de medicamentos de controle especial, trabalhos que buscam identificar estas informações são de extrema valia, uma vez que permitem, de maneira analítica, que medidas de planejamento e estratégias gerenciais sejam adotadas (REIS et al., 2017).

Neste contexto o presente estudo teve o objetivo de avaliar a origem das receitas de psicotrópicos aviadas em um município do Oeste do Paraná no ano de 2016, segundo a portaria 344/98 do Ministério da Saúde, assim como a especialidade médica de seu prescritor.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho foi um estudo transversal descritivo, retrospectivo, não controlado. Os dados foram coletados a partir de uma amostra de todos os receituários médicos (inclusos na portaria 344/98) de posse da Vigilância Sanitária do Município de Tupãssi/PR, incluindo a dispensação por parte de todos os estabelecimentos farmacêuticos do município. O período analisado foi de Janeiro a Dezembro de 2016. Foram contabilizadas: a especialidade do médico prescritor e a origem da prescrição (particular ou SUS, do próprio município ou externo). As receitas ilegíveis foram excluídas. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva com a utilização do software Microsoft Excel. Esta pesquisa teve a aprovação do comitê de ética em pesquisa (CAAE: 94738118.8.0000.5216).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o período foram aviadas 7.986 receitas referentes a medicamentos sujeitos ao controle especial pela portaria 344/98-MS e retidas nos estabelecimentos farmacêuticos, sendo eles quatro privados e um SUS. Foram analisadas 1028 (514 de estabelecimentos privados e 514 públicos) receitas. Encontrou-se que a origem das receitas retidas pelo SUS foi: 85,6% prescritas no SUS em Tupãssi, 4,6% prescritas no SUS em outro município, 8,7% de origem privada em outro município e 0,9% em Tupãssi. Em contra partida, a origem das receitas retidas por estabelecimentos privados foram: 52,1% do SUS em Tupãssi, 8,3% prescritas em um

atendimento SUS em outro município, 30,7% prescritas por um atendimento particular em outro município e 8,7% em Tupãssi. Mediante ao exposto é possível observar que 73,6% das receitas foram obtidas no próprio município. Quanto à especialidade do prescritor, 78,7% das receitas foram oriundas de uma consulta com Clínico Geral, 7,9% por Psiquiatra, 4,3% por Neurologista e o restante (9,1%) por outras cinco especialidades médicas (Ginecologista - 2,4%; Cardiologista - 2,2%; Ortopedista - 1,1%; Endocrinologista - 1,8% e Reumatologista - 1,2%).

Os resultados deste trabalho corroboram os encontrados por Moraes et al. (2005), que encontraram o Clínico Geral como o principal prescritor, chegando a 80,1% do total prescrito. Segundo esses autores, a quantidade de prescrições feitas por psiquiatras variou de 0,2 a 6%.

Para Andrade et al. (2004) o fato citado pode ocasionar um baixo índice da orientação médica sobre dependência e riscos do uso em longo prazo. Para o psiquiatra Francisco da Costa Júnior a prescrição pouco específica ou abusiva de psicofármacos nos consultórios e emergências não-psiquiátricas oferecem muitas vezes uma resolução instantânea para uma queixa de momento do paciente, acarreta uma situação conciliadora entre médico e paciente, porém, gera outros problemas fora da esfera do curtíssimo prazo (JUNIOR, 2009). Segundo Moraes e colaboradores (2005), o uso racional de medicamentos psicotrópicos ultrapassou a área de especialidade dos psiquiatras e se transformou em um problema de saúde pública.

A grande quantidade de prescrições por médicos não psiquiatras também foi constatada em outros estudos, onde representavam valor acima de 50%. Todavia, a quantidade de prescrições de psiquiatras foi consideravelmente maior do que a observada nos artigos comparados, mesmo com a diminuição do valor de 23,69% para 10,45% no segundo período do estudo (TORRES et al., 2014).

As maiores irregularidades no uso de medicamentos psicotrópicos pela população estão relacionadas com a utilização desses fármacos sem prescrição médica, falsificação de notificação de receitas, falta de orientação e preparo dos profissionais de saúde (MONTEIRO, 2017).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a maioria das prescrições de psicofármacos realizadas no município ocorre por médico clínico geral e são oriundas do SUS. É claro que fatores relacionados ao acesso a um especialista viessem os resultados. No entanto, o presente exposto instiga uma preocupação a respeito do uso racional de medicamentos.

É notória a importância do conhecimento do prescritor, em relação aos medicamentos solicitados para a dispensação, como também é reconhecido o valor da presença do farmacêutico, já que este se apresenta como um elo entre os profissionais de saúde e as pessoas, dispensando também informações de suma importância para os pacientes, evitando possíveis erros no ato da dispensação dos medicamentos, com especial atenção para os psicotrópicos, melhor será a segurança e eficácia da terapêutica para o paciente

#### 5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.F., ANDRADE, R.C.G., SANTOS, V. Prescrição de psicotrópicos: avaliação das informações contidas em receitas e notificações. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v.4, p.40-45, 2004.

CREMESP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Medicamentos de controle especial. **Jornal Cremesp**, v.12, p.183-185, 2002.

JÚNIOR, F. Do clínico geral ao psiquiatra: fronteira ética entre atenção primária e serviços de psiquiatria. **Revista Bioética**, v.10, p.1727-1731, 2009.

LIMA MG, ÁLVARES J, GUERRA JUNIOR AA, COSTA EA, GUIBU IA, SOEIRO OM, ET AL. Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. **Rev Saude Publica**. 2017;51 Supl 2:23s.

LUCAS, A.C.S., PARENTE, R.C.P., PIKANÇO, N.S., CONCEIÇÃO, D.A., COSTA, K.R.C., MAGALHÃES, I.R.S. Uso de psicotrópicos entre universitários da área de saúde da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v.22, n.3, p.663-670, 2006.

MELO, Daniela Oliveira de; SILVA, Sílvia Regina Ansaldi da e CASTRO, Lia Lusitana Cardozo de. Avaliação de indicadores de qualidade de prescrição de medicamentos em uma unidade de atenção primária com diferentes modelos de atenção. **Epidemiol. Serv. Saúde [online]**. 2016, vol.25, n.2

MORAES, E.C., PISSATTO, S., PRADO, J.N., FOPPA, T., MURAKAMI, F.S., SILVA, M.A.S. Análise da prescrição e consumo de cloridrato de fluoxetina no município de Florianópolis (SC). **Journal of Environmental and Public Health**, v.2, n.7, p.11-19, 2005.

MONTEIRO, V. F. F. Perfil dos medicamentos ansiolíticos atendidos na farmácia municipal do município de Camposdos Goytacazes -RJ no ano de 2008. **SANARE, Sobral** - V.16 n.02,p.55-59, Jul./Dez. - 2017

PELEGRINI, M.R.F. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 38-41, Mar. 2003.

REIS, A.G.; MATOS, M.F.S.; MELO, O.F. (2017). Perfil de prescrições de psicotrópicos em farmácia comunitária. **SANARE, Sobral** - V.16 n.02,p.37-41, Jul./Dez. - 2017

TORRES MLD, SOUSA LMG, MELO GC, Magalhães Júnior AA, Firmo WCA. Prescrição de psicotrópicos e especialidade médica: estudo em uma farmácia comercial no município do Maranhão. **Revista Científica do ITPAC**, v.7, n.4, 2014.